Estudos de História Regional Platina

Ana Inez Klein
Edgar Ávila Gandra
Marcos César Borges da Silveira
Paulo César Possamai
Viviane Saballa
(Orgs.)

φ

Diagramação: Marcelo A. S. Alves
Capa: Carole Kümmecke - https://www.behance.net/CaroleKummecke

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

http://www.abecbrasil.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

KLEIN, Ana Inez et al (Orgs.)

Estudos de História Regional Platina [recurso eletrônico] / Ana Inez Klein et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

515 p.

ISBN - 978-85-5696-455-7

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. História; 2. Estudos; 3. Platina; 4. Pelotas; 5. Imigração; I. Título II. Série

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:
1. História 900

14 221
O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (c. 1850 - c. 1900)
Jonas Moreira Vargas

15..... 251
A cidade de Pelotas, seus habitantes e suas elites: novas fontes documentais para o seu estudo (década de 1910)
Jonas Vargas; Jéssica Rodrigues Peres

16..... 277
As marcas da ditadura civil-militar ha história local de Pelotas
Sinara Veiga Faustino

17..... 287
A elite política de Pelotas após o ciclo do Charque, no início do séc. XX como problema de pesquisa
Daniel de Souza Lemos

18 297
A história descartada da praça Cipriano Barcelos (Pelotas, RS)
Letícia Nörnberg Maciel

19..... 313
Os reflexos da atuação de padre Reinaldo Wiest nas cidades de Pelotas e Piratini – RS
Ticiane Pinto Garcia

20..... 329
A história da região sul do Rio Grande do Sul registrada no acervo do memorial da associação comercial
Andréa Molina Barbosa Viana

21..... 343
Museus, coleções e cientistas: interdisciplinaridade, trocas e intercâmbios na América do Sul (séc. XIX)
Daniel Barbier; Diego Lemos Ribeiro

22 357
Organização do acervo de testamentos e inventários da secretaria da fazenda de Pelotas (1864-1966)
Ana Inez Klein; Cleoni Lima de Ávila; Secundino José Rosa

14

O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (c. 1850 - c. 1900)

Jonas Moreira Vargas[1]

O senhor Joaquim José de Assumpção foi o charqueador mais rico de Pelotas no século XIX. No entanto, a fortuna acumulada pelo mesmo não decorria somente da sua fábrica de carne-seca. Além de ser um grande criador de gado, Assumpção também atuou como banqueiro e capitalista, tendo sido presidente da Companhia de Gás e da Companhia de Seguros Pelotense, e foi influente no alto comércio da cidade, sendo o primeiro presidente da Associação Comercial de Pelotas (1873). Quando a sua esposa faleceu, o patrimônio do casal foi avaliado em 6.152:393$500 réis. Grande parte dele (74%) estava composto por apólices da dívida pública do Brasil investidas no Rio de Janeiro.[2] Sendo um dos chefes do Partido Conservador na localidade e defendo a monarquia escravista durante anos, recebeu o título de Barão de Jarau. Segundo Fernando Osório (1997, 97-100), Assumpção teria acumulado a maior fortuna do Rio Grande do Sul no século XIX.

Apesar dos sucessos financeiros do Barão, este patamar de riqueza não foi atingido pela grande maioria dos proprietários de charqueadas em Pelotas. Um pequeno grupo acumulou imensas propriedades, numerosa escravaria e grandes montantes de capital e,

---

[1] Professor da UFPEL

[2] Inventário da Baronesa do Jarau, n. 187, m. 6, 1895, 2º cartório do cível, Pelotas (APERS).

na segunda metade do século XIX, pode-se dizer ainda que a fortuna destes mais ricos foi acumulada em detrimento da maior parte dos charqueadores que, em épocas de crise, como as das décadas de 1850, 1860 e 1870, endividaram-se profundamente com os grandes industriais do grupo, já então parcialmente convertidos em prestamistas locais (VARGAS, 2013). O charqueador Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos, por exemplo, legou um patrimônio 29 vezes menor que o do mencionado Barão. Boaventura Teixeira Barcellos, por sua vez, acumulou uma fortuna 90 vezes inferior ao mesmo.[3] No entanto, se em hipótese alguma poderíamos considerar os dois charqueadores Barcellos como indivíduos pobres, seria um completo equívoco tratá-los como empresários do mesmo patamar daqueles que se constituíram nos mais ricos do grupo.

Neste sentido, o presente artigo se propõe a analisar, a partir de um ensaio prosopográfico, os investimentos econômicos dos mais ricos charqueadores de Pelotas, assim como demonstrar a heterogeneidade e a diversidade do perfil socioeconômico do grupo. Assim como entre os cafeicultores do vale do Paraíba fluminense e paulista, dos fazendeiros e comerciantes de Minas Gerais, dos criadores de gado da região da campanha sul-rio-grandense e dos senhores engenho do nordeste do país, entre outras elites regionais do Brasil, os charqueadores também estavam divididos internamente entre grandes, médios e pequenos proprietários, muito embora os parâmetros e as variáveis de grandeza de cada região e grupo mencionados possuíssem as suas singularidades.[4]

Algumas considerações sobre o método prosopográfico

Para uma melhor compreensão do perfil patrimonial dos charqueadores pelotenses utilizaremos o *método prosopográfico*,

---

[3] Inventário de Cipriano J. R. Barcellos, n. 2, m. 1, 1870, 2º cartório de órfãos e ausentes, Pelotas; Boaventura T. Barcellos. N. 157, m. 5, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1890, Pelotas (APERS).

[4] Como já demonstraram EISENBERG (1977); FRAGOSO (1983), MARCONDES (1998),SCHWARTZ (1999), BARICKMAN (2003), GRAÇA FILHO (2002), FARINATTI (2010).

que, conforme Christophe Charle, apresenta-se como um método bastante útil para o tratamento das elites, pois, a partir dele:

> "(...) compreendemos melhor o que as divide, o que as hierarquiza e as opõem, portanto quais são as raízes das oposições políticas ou ideológicas entre as elites ou as frações da classe dominante. Em particular, temos condições de reconstruir o jogo da antiguidade social, das redes familiares, das tradições regionais que influenciam sua visão de mundo e que não são redutíveis a determinismos puramente econômicos. As biografias sociais permitem colocar a luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam" (CHARLE, 2006, p.32).[5]

Entendemos que as diferentes escolhas individuais e as estratégias familiares eram feitas dentro de um campo de ações possíveis, cujos caminhos e normas podiam ser mais ou menos elásticos ou restritivos de acordo com os recursos materiais e imateriais disponíveis aos atores históricos. Neste sentido, buscaremos compreender que tipo de investimentos os charqueadores realizavam, o que os aproximava e os afastava e que fatores hierarquizavam os mesmos numa comparação entre uns e outros.

Nos últimos anos, a prosopografia vem despertando o interesse de muitos historiadores preocupados com o papel das elites na sociedade brasileira.[6] No entanto, especialistas no método

---

[5] Outra definição que já se tornou clássica e que, portanto, apresenta uma boa síntese do que é o método, foi oferecida por Lawrence Stone: "A investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação" (STONE, 2013).

[6] Ver, por exemplo, MATTOSO (1992); MARTINS (2007); CARVALHO (2003). Para um exemplo relativo à história econômica ver FRAGOSO (1998). Um balanço sobre o método e exemplos de pesquisas que o utilizaram foi feito por HEINZ (2006).

alertam para uma maior reflexão acerca do mesmo. Para Flávio Heinz, a prosopografia deve ser encarada como uma entre as possíveis metodologias de trabalho utilizadas para o estudo das elites. Conforme o autor, devemos "evitar a tentação de tomar uma metodologia de trabalho como única fórmula possível de tratar determinado objeto de investigação. Toda reificação do método, me parece, concorre para caricaturização do objeto: as elites não nasceram com suas biografias coletivas e, com certeza, sobreviverão a estas" (HEINZ, 1998, p. 46). Conforme Giovanni Levi, a prosopografia apenas utiliza as biografias individuais com o objetivo de homogeneizar um determinado grupo associando as suas características em comum. Para o autor, elas "só despertam interesse quando ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais frequentes". Na sua concepção, esta abordagem apropria-se apenas daqueles elementos biográficos considerados historicamente reveladores – aqueles que contêm alcance geral (LEVI, 1996, p. 174).

Portanto, cremos que uma das maneiras de escapar deste tipo de abordagem é oferecer maiores explicações aos comportamentos e padrões desviantes da coletividade. Muitas vezes os casos excepcionais e os fracassos são mais eloqüentes na demonstração das normas sociais que condicionavam as trajetórias do que os comportamentos mais comuns ao grupo. Neste sentido, o percurso que realizaremos busca encarar os padrões prosopográficos como indicadores de pesquisa a serem desenvolvidos e não como respostas absolutas.[7]

---

[7] Conforme Flávio Heinz, "a prosopografia é muito útil como instrumento do desvelamento de certas causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos, mas não responde a todas as questões colocadas pela complexidade do social (...) Em contrapartida, são muito eficientes em dar visibilidade aos nexos existentes entre posição social, origem e formação escolar". Em outro trecho, Heinz complementa: "normalmente articulado a outros procedimentos, o recurso à prosopografia deve representar apenas um momento da operação historiográfica– rico, instigante, científico, ousaria dizer –, nunca o seu fim". (HEINZ, 2006, p. 11-12).

Pelotas e o charque

Componente importante da dieta das populações pobres das capitais litorâneas, o charque era principalmente consumido pelos trabalhadores cativos das *plantations* do sudeste e do nordeste do Brasil.[8] No Rio Grande do Sul, as primeiras charqueadas (fábricas de carne-seca) instaladas nos fins do século XVIII surgiram da necessidade de suprir a crescente demanda por alimentos impulsionada pelo grande fluxo de escravos africanos para a América portuguesa e vieram a substituir um espaço aberto com a crise da produção de carne-seca no nordeste, ocasionada pelas duras secas que afetaram a região (OSÓRIO, 2007). Em seus anos iniciais, a montagem das primeiras charqueadas foi fruto do investimento de comerciantes de diferentes regiões que viram a possibilidade de obter lucros com o abastecimento da colônia, atraindo outros investidores. Em 1787, quando o Rio Grande do Sul ainda não exportava charque para o nordeste, suas remessas totalizaram 117 mil arrobas (exclusivas para o Rio). No entanto, com a entrada do mercado nordestino nas transações, o Rio Grande ultrapassou as 400 mil arrobas exportadas em 1793 e as 500 mil arrobas em 1797. Na década de 1800, a capitania exportou uma média anual de 820 mil arrobas, das quais mais da metade tinham como destino os portos do nordeste (VARGAS, 2013, p. 65). Conforme Prado Júnior, em sua análise sobre a expansão do setor no colonial tardio, "excluído o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades" (PRADO JR, 1977, p. 103).

Segundo Osório (2007), deste circuito mercantil de abastecimento surgiu uma importante elite de comerciantes-charqueadores que veio a ocupar o topo da hierarquia social regional, apresentando uma fortuna superior aos estancieiros e aos lavradores da capitania meridional. Atuando no comércio

[8] É sabido que, no século XIX, a região "nordeste" do Brasil era reconhecida como o "norte". Para facilitar a narrativa, cometi o pecado de utilizar, ao longo do texto, o termo "nordeste" para denominar a região.

marítimo, esta elite investia os capitais acumulados a partir das transações de diversas mercadorias na compra de escravos, terras e equipamentos, vindo a consolidar a formação do primeiro complexo charqueador-escravista do Rio Grande. Ao longo de todo o século XIX, o charque e os couros foram os principais produtos exportados pelo Rio Grande do Sul, somando, frequentemente, mais de 70% dos valores negociados no porto marítimo da cidade de Rio Grande (DALMAZO, 2004, p. 63-64).

Favorecido pela sua localização, o município de Pelotas tornou-se o maior produtor de charque não apenas da província, como de todo o Império do Brasil. Vizinha do município de Jaguarão, que fazia fronteira com o Departamento de Cerro Largo (Uruguai), e cortada pelo rio São Gonçalo, que desembocava na Lagoa Mirim, Pelotas tinha acesso ao Atlântico através do porto marítimo da cidade vizinha de Rio Grande. Antes da Guerra dos Farrapos (1835-1845), Pelotas devia concentrar pouco mais da metade da produção de charque da província, mas no período posterior tendeu a aumentar a sua participação, sendo provável que fabricasse mais de 80% do charque regional. O número de estabelecimentos de charquear era bem inferior ao de fazendas de criação de gado. Enquanto as charqueadas pelotenses nunca ultrapassaram o número de 40 estabelecimentos (funcionando ao mesmo tempo), os campos de pastagens espalhavam-se pela vasta região da campanha, na fronteira sudoeste e oeste da província, formando uma população de milhares de pequenos, médios e grandes proprietários, além dos arrendatários. Para manter os altos ritmos de produção de charque, Pelotas demandava uma enorme quantidade de gado bovino por safra. Anualmente, centenas de tropas que somavam algo entre 300 e 400 mil reses eram trazidas até o município para serem vendidas aos charqueadores. Estes as abatiam em suas fábricas, onde possuíam, em média, entre 55 e 65 escravos, além de alguns trabalhadores livres (VARGAS, 2013).

Com o tempo, os Barões do charque foram acumulando uma notável riqueza, apresentando um importante prestígio social e

político na fronteira sul do Império, de onde ajudaram a sustentar a monarquia, a escravidão e a apoiar as guerras contra os países platinos. Muito embora sempre estivesse refém de reveses econômicos conjunturais, a indústria charqueadora-escravista pelotense viveu o seu auge entre os anos 1850 e 1860, vindo a enfrentar a sua derradeira crise na década de 1880. Se em 1822, havia 22 charqueadas em Pelotas, em 1850, este número atingiu a casa dos 30, em 1873, chegou aos 35 e em 1880, 38. Com a crise da escravidão e a incapacidade do grupo em contorná-la, a maior parte dos empresários abandonou os negócios do ramo. O resultado disso foi que em 1900 existiam apenas 11 charqueadas em Pelotas, indicando que o declínio do setor coincidiu com a abolição da escravidão (1888) e a quedada própria monarquia (1889) – que tinha nos Barões do charque um de seus sustentáculos (VARGAS, 2013).

Desenvolvimento econômico e concentração de riqueza

Os inventários *post-mortem* constituem-se em uma fonte documental privilegiada para o estudo do patrimônio acumulado pelas elites econômicas. Num universo de mais de 120 charqueadores que identifiquei em diferentes fontes documentais ao longo de todo o século XIX, localizei 75 inventários(alguns avaliando por mais de uma vez o patrimônio do mesmo charqueador por ocasião da morte das suas cônjuges) cujos proprietários ainda possuíam o estabelecimento de charqueada entre os seus bens, já que alguns charqueadores eram somente arrendatários, outros já não se dedicavam mais aos negócios do charque e uns não tiveram seus bens avaliados completamente (VARGAS, 2013). Para facilitar a comparação das fortunas inventariadas ao longo do século XIX, converti todos os valores avaliados dos mil réis para as libras esterlinas, pois, como é sabido,

a moeda inglesa apresentava-se mais estável e tal método reduz as grandes oscilações da moeda brasileira ao longo do tempo.[9]

Tabela 1 - Análise das fortunas dos charqueadores (em libras esterlinas) por períodos

	N.º Inventários	Soma dos montantes	Média por inventário	Mediana	Maior fortuna	Razão da maior para a menor fortuna
1810-1825	06	99.782	16.630	12.236	40.256	11
1826-1835	08	42.192	5.574	5.001	12.297	11
1836-1855	19	448.581	23.609	15.629	66.124	16
1856-1870	16	442.026	27.626	19.398	99.023	16
1871-1885	15	688.761	45.917	20.944	189.563	59
1886-1900	07	510.752	72.964	29.937	254.811	89
Total	**71**	**2.232.094**	**31.887**	**15.285**	**254.811**	**229**

Fonte: Inventários *post-mortem*. Cartórios de Pelotas (APERS)

A Tabela 1 demonstra que além das capacidades de acumular riquezas terem aumentado na segunda metade do século, os mais ricos nas últimas décadas do oitocentos eram mais afortunados se comparados aos menos ricos de sua mesma época, ou seja, a riqueza tornou-se maior e mais concentrada. Se entre 1810 e 1835, os charqueadores mais ricos tinham um patrimônio 11 vezes superior ao dos menos ricos, entre 1871-1885, este índice foi de 59

[9] Para a conversão dos valores em mil réis para libras esterlinas utilizei as Médias anuais das taxas de câmbio do Ipeadata, no item *séries históricas*, disponível em http://www.ipeadata.gov.br/. (acesso em 30 agosto de 2012).

vezes e no último período ele atingiu 89 vezes. São indicadores de concentração extremamente altos, uma vez que trato aqui somente de charqueadores, ou seja, não comparo a riqueza desses empresários com a dos mais despossuídos da sociedade pelotense, o que levaria esta diferença a valores altíssimos.

Além do próprio aumento dos preços da terra, dos escravos e das charqueadas entre as décadas de 1850 e 1870, a ampliação das fortunas inventariadas que caracterizaram os últimos três períodos analisados também foi favorecida por causas que conjugam fatores econômicos externos e internos. No mercado internacional, os couros eram cada vez mais demandados pela indústria europeia e norte-americana e seus preços também apresentaram índices positivos no mesmo período, atraindo um grande número de casas comerciais inglesas para o porto de Rio Grande (VARGAS, 2013). A expansão inglesa sobre os mercados dos couros, por exemplo, convergiu com o maior crescimento da economia britânica visto até então. Nunca as exportações inglesas aumentaram tão rapidamente quanto nos primeiros sete anos da década de 1850. Para onde se olhava, a "grande expansão" era notável. Da descoberta do ouro na Califórnia, em 1848, até a metade da década de 1850, a disponibilidade mundial do metal aumentou de seis a sete vezes, fazendo multiplicar os meios de pagamento e encorajar a expansão do crédito. As indústrias se proliferavam por toda a Europa e "os lucros aparentemente à espera de produtores, comerciantes e, acima de tudo investidores apresentavam-se quase que irresistíveis". Esta expansão sofreu um recuo em 1857, para retornar na década de 1860 com toda a força, até a grande depressão de 1873 (HOBSBAWM, 2000, p. 55-77).

Estimulada por este crescimento, as exportações e importações brasileiras tiveram seus valores triplicados entre 1845 e 1865 (GOULARTI FILHO, 2011, p. 414). As exportações britânicas para a América do Sul, por exemplo, saltaram de 6 milhões de libras, em 1848, para 25 milhões, em 1872 (HOBSBAWM, 2000, p. 82). Nessas transações, o Brasil foi o maior parceiro comercial dos

ingleses e o capital britânico fluiu aceleradamente para a economia brasileira (PLATT, 1972, p. 316-321). As embarcações que chegavam com têxteis e mercadorias diversas retornavam abarrotadas de café, açúcar e couros, entre outros produtos. Apesar da grande expansão da indústria têxtil inglesa ter acontecido nas primeiras décadas do oitocentos, ela continuou a crescer nesta época e expandiu-se para outros países.[10]

As décadas de 1850 e 1860 também foram marcadas por grandes investimentos de capitais nacionais e estrangeiros em setores estratégicos da economia brasileira. Os altos valores antes investidos no tráfico atlântico de escravos (estes compunham, na segunda metade da década de 1840, 1/3 do total das importações brasileiras), após a Lei Eusébio de Queiroz, foram deslocados para outras atividades produtivas (SCHULZ, 1996, p. 36). Isto significava dizer que um montante considerável de capitais passou a ser aplicado em investimentos financeiros, sociedades comerciais e industriais, companhias de seguro e navegação, estradas de ferro, projetos de colonização, expansão agrícola e obras públicas, gerando muitas opções de investimentos aos donos do dinheiro.[11] A produção de alimentos voltada para o mercado interno também ampliou-se e refletiu-se no comércio de cabotagem, que saltou de 255.866 toneladas transportadas, em 1846, para 1.912.313 toneladas, em 1869 (GOULARTI FILHO, 2011, p. 415).[12] Com todo este crescimento, a Bolsa de valores do Rio viu-se em completa euforia e foi alvo de muitas especulações gerando grandes fortunas e grandes bancarrotas (LEVY, 1994, p. 54-55).[13]

---

[10] Para um interessante quadro geral deste período tanto na indústria europeia quanto na sua relação com as Américas ver CANABRAVA (1984). Para uma análise mais aprofundada da presença inglesa no comércio no Brasil oitocentista ver GUIMARÃES (2012).

[11] Algumas análises desta conjuntura podem ser vistas em LEVY (1994); GAMBI (2010); FRAGOSO (1990); PAULA (2012).

[12] Ver também GRAÇA FILHO (1992)

[13] Para uma outra análise num âmbito nacional ver FRAGOSO; MARTINS (2003, p. 143-164).

Mas outros fatores de ordem política também favoreceram um maior incremento da produção charqueadora na segunda metade do século. Nos anos 1850, por exemplo, os charqueadores foram beneficiados com a entrada de gado gordo e barato vindo do Uruguai, por conta dos tratados de comércio e navegação assinados com o país vizinho, em 1851. Além disso, eles puderam contar com o aumento dos preços dos seus produtos na mesma época, uma vez que as charqueadas uruguaias foram duramente prejudicadas pelas guerras que afetaram a região (como a guerra contra Oribe e Rosas, que teve o franco apoio dos próprios estancieiros e charqueadores pelotenses). O mesmo voltaria a ocorrer durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), período no qual as charqueadas de Pelotas atingiram o auge de abates de gado bovino e seu projeto de expansão agrária rumo ao Uruguai encontrou certa sintonia com os interesses políticos e militares do Império na Bacia do Prata (VARGAS, 2013).

Portanto, foi a partir da ampliação do comércio do charque, dos couros e demais produtos da pecuária (mas não somente dela) que as vultosas fortunas dos charqueadores da segunda metade do oitocentos foram acumuladas. Um último indicador pode ser dado a cerca das importações de sal. Entre 1816 e 1822, por exemplo, foi importada uma média anual de 103.073 alqueires do produto, enquanto que, somente no 1º trimestre de 1854, importou-se 196.671 alqueires do mesmo (Berute, 2011, p. 67). O sal era produto fundamental para a fabricação do charque e o salgamento dos couros e tais índices revelam que a produção e o comércio envolvendo as charqueadas haviam entrado em níveis muito altos se comparado com as primeiras décadas do oitocentos. Soma-se a isto o fato de que a média de escravos por charqueador também aumentou de 51,6 no primeiro período indicado pela Tabela 1 para 66,4 e 68,5 cativos nos dois períodos posteriores, por exemplo. Neste sentido, é possível considerar que tanto as transformações econômicas de ordem mais global, quanto o aumento da demanda por alimentos no mercado interno, estavam refletindo-se na

capacidade de ampliação da produção e do aumento das grandes fortunas no período.

A elite charqueadora e o perfil de seus investimentos

Os mencionados ganhos e a acumulação de riqueza não estava disponível para todos os charqueadores. Os anos 1850, 1860 e 1870 foram economicamente favoráveis para que somente um grupo de empresários ampliasse os seus negócios, acumulando grandes montantes de capital, escravos e bens imóveis. A Tabela 2 apresenta 12 fortunas superiores a 50 mil libras esterlinas ocupando o alto da hierarquia econômica do grupo. Elas totalizavam 21,7% dos inventários, mas concentravam 63,5% de toda a riqueza do grupo. No topo, os 4 mais ricos (que tiveram um patrimônio superior a 100 mil libras) concentravam mais de 40% das fortunas. Pode-se argumentar que o período de comparação (1810-1900) é demasiado amplo, além de reunir os charqueadores da primeira geração (que estavam em desvantagem no que diz respeito às possibilidades de acumulação de riqueza) com os dos períodos finais (notadamente em melhores condições de amealhar fortuna). No entanto, refazendo os cálculos apenas para os inventariados depois de 1850, o nível de concentração aumenta ainda mais, pois os 11charqueadores com fortunas acima de 50 mil libras chegam a concentrar 72% da riqueza no período.

Como já foi dito, o mais rico destes empresários foi o Barão de Jarau. Dos charqueadores inventariados ele é o único que não possuía mais a charqueada, tendo escapado da crise geral que afetou o setor nos anos 1880, invertendo seus capitais em outras áreas. Banqueiro conhecido em toda a província, em 1895, 74% de seus bens eram compostos em apólices da dívida pública. Portanto, chegando à velhice numa época de crises (como, por exemplo, o Encilhamento (1890-1891) e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895), o Barão preferiu investimentos mais seguros.

Tabela 2 - Faixas de fortuna em libras esterlinas (1810-1900)*

Faixas de fortuna		Inventários		Fortunas	
A	Superior a 100 mil	4	7,2	760.856	40,7
B	De 50 a 100 mil	8	14,5	425.493	22,8
C	De 25 a 50 mil	9	16,4	317.714	17,0
D	De 10 a 25 mil	13	23,6	238.138	12,7
E	De 5 a 10 mil	13	23,6	96.288	5,2
F	Até 5 mil	8	14,7	29.944	1,6

Fonte: Inventários *post-mortem*. Cartórios de Pelotas (APERS).

*A Tabela totaliza 55 inventários porque, no caso dos patrimônios de charqueadores cujos bens foram avaliados duas ou mais vezes em épocas distintas (a primeira ou segunda vez, quando da morte de sua esposa), foram excluídos os de menor *monte-mor*.

Tal postura, por exemplo, se assemelhava a de alguns grandes cafeicultores estudados por Fragoso e Rios. A partir dos anos 1860, o Comendador Manoel Vallim, o Barão de Nova Friburgo e o Barão de Itapeninga, entre alguns outros, deixaram de comprar escravos e terras, passando a inverter os vultosos lucros de seus cafezais em apólices da dívida pública. Conforme os autores, tratava-se de uma saída precavida contra o esperado fim da escravidão, mas que rendia bem menos que os negócios com o café. Naquela época, as opções de investimentos não eram amplas, pois "o mercado de ações no país era muito precário". Em 1860, a chamada "Lei dos Entraves" restringiu as possibilidades de associação de capitais no Brasil, até que, em 1882, uma nova lei favoreceu tais empreendimentos. Neste período intermediário, restringiu-se "a possibilidade de companhias e de ampliação do mercado acionário". E para ajudar, após a crise de 1857, "houve uma restrição ainda maior do sistema bancário" como "parte da política anti-inflacionária" (FRAGOSO; RIOS, 1995, p. 199-202).[14]

Contudo, um perfil de investimentos diverso foi o do cunhado de Jarau, o charqueador João Simões Lopes Filho.

[14] Ver também LEVY (1994); FRAGOSO e MARTINS (2003).

Atuando no alto comércio e na banca local, ele emprestou grandes quantias ao Estado, reabilitou a Companhia Hidráulica Pelotense com um investimento de 300 contos de réis, colocou outros 750 contos na Companhia de Iluminação Pública de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, além de ter sido um dos líderes na iniciativa da abertura da barra e canalização do rio São Gonçalo, da Companhia de bondes e da estrada de ferro Rio Grande a Bagé, entre outros empreendimentos regionais. Por tudo isso foi agraciado com o título de visconde da Graça (OSÓRIO,1997, p. 97-100). A diferença com relação ao seu cunhado foi que ele tinha somente 2% de seus bens em apólices e 32% em ações de Companhias, revelando que se interessava por investimentos que, por conta dos altos riscos, buscavam maiores lucros no mercado.[15] Neste sentido, não há exagero em considerar que Graça, pelo tipo de investimentos realizados, foi um empresário escravista que, abandonando lentamente os negócios com o charque, inverteu seus capitais em outros setores, colaborando com a disseminação de práticas mais capitalistas no extremo sul do Brasil. Analisando o balanço das safras das charqueadas nos anos 1870, é possível perceber que tanto Graça quanto Jarau já não se dedicavam tanto à produção de carne-seca, como os demais charqueadores do grupo, pois eles estavam entre os que menos abatiam reses em seus estabelecimentos.[16] Embora outros ricos charqueadores tenham aplicado alguma quantia em ações (entre os 12 mais ricos somente 2 não o fizeram) seus investimentos não se comparavam aos de Graça.

A partir da Tabela 3 também é possível verificar que o perfil do patrimônio dos charqueadores mais ricos não era homogêneo, pois uns investiam mais em alguns bens do que outros. É sabido que a maior parte dos charqueadores residia na cidade ou tinha ali

---

[15] Inventário Visconde da Graça, n. 1.254, m. 69, 1893, 1º Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

[16] Jornal do Comércio (12.07.1877) e Correio Mercantil de Pelotas (03.07.1879) (Biblioteca Pública Pelotense).

residências em que passavam algumas temporadas. No caso dos mais ricos, todos os 12 inventariados possuíam imóveis urbanos e pelo menos 7 deles eram proprietários de grandes sobrados na cidade. A maioria detinha menos de 15% do patrimônio investidos nestes bens. No grupo temos casos como os de Simões Lopes e José da Cunha que possuíam somente duas casas até o de Maia que era proprietário de 49 imóveis na cidade. Quando faleceu, este charqueador já havia se retirado dos negócios com o charque e arrendava o seu estabelecimento. O alto número de imóveis urbanos e o arrendamento da charqueada indica que, no fim da vida, Maia buscou viver como um rentista, o que não significa que ele estivesse alheio aos negócios, uma vez que seus filhos e genros seguiram abatendo reses em sua fábrica.[17]

Apesar de todos possuírem imóveis rurais (como estâncias, chácaras, terrenos e a charqueada) um grupo detinha um peso muito maior aplicado nestes bens. Maciel, Felisberto, Tavares, Barcellos e Cunha não possuíam menos de 43% de seu patrimônio investido neles. Dos 12 inventariados, 3 possuíam estâncias no Uruguai e somente Castro e Chaves não tinham campos de criação em municípios fora de Pelotas. A compra de estâncias de criação nestas regiões dava-se pelo fato de que a extensão dos campos eram maiores e os pastos eram de melhor qualidade, ou seja, eram ótimos para a engorda do gado bovino. Contudo, a maioria dos charqueadores não possuía condições de comprar tais imóveis. Na realidade, a maior parte dos charqueadores só possuía a sua charqueada e pequenas chácaras em Pelotas, não apresentando bens rurais fora do município. Dos 78 inventários de charqueadores pelotenses abertos entre 1810 e 1900, somente 11 possuíam bens rurais no Uruguai e 16 na região da campanha rio-grandense (sendo que 1 inventariado apresentava estâncias em ambas). Tratava-se de um grupo privilegiado de 26 charqueadores

[17] Inventário de Antônio J. da S. Maia, n. 995, m. 25, 1884, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

(33%) que estavam ou entre os mais ricos do grupo ou entre os de fortuna intermediária (VARGAS, 2013, p. 303).

Tabela 3 – Composição do patrimônio dos charqueadores com fortunas acima de 50 mil libras (%)

Charqueadores	Monte-mor (libras)	Monte-mor (mil réis)	Ano	A	B	C		D	E	F	G	H.
						Nº	%					
Joaquim J. de Assumpção (Barão de Jarau)	254.811	6.152:393$500	1895	9,8	2,4	-	-	-	1,8	1,4	84,6	-
Aníbal Antunes Maciel (Coronel)	189.563	1.893:256$602	1871	51,8	1,1	159	9,0	10,8	7,5	21,8	-	5,5
José Antônio Moreira (Barão de Butuí)	173.162	1.829:905$407	1877	15,7	5,8	158	2,7	41,0	14,0	9,5	6,5	2,9
João Simões Lopes Filho (Visconde da Graça)	143.320	2.894:415$540	1893	24,7	9,7	-	-	23,2	1,2	5,2	34,0	0,2
José Inácio da Cunha	78.035	749:137$798	1865	49,5	1,6	116	21,3	2,9	7,6	11,4	0,1	2,5
Antônio J. de Oliveira Castro (Comendador)	66.124	634:797$351	1848	15,0	17,0	175	13,3	35,8	7,5	0,6	-	7,5
José Rodrigues Barcellos (Comendador)	65.409	546:030$572	1850	53,2	14,6	82	6,9	19,7	-	5,7	-	-
Antônio José da Silva Maia	63.482	736:155$500	1884	11,3	37,0	55	-	29,3	9,8	0,1	11,7	0,4
João Simões Lopes	58.444	472:976$160	1853	15,3	4,1	81	14,1	11,2	27,0	14,5	2,4	1,6

(Comendador)												
Joaquim da Silva Tavares (Barão de S. Tecla)	56.808	1.435:164$080	1900	58,7	8,9	-	-	-	6,5	23,7	1,7	-
Antônio J. Gonçalves Chaves Filho (Doutor)	52.132	500:467$360	1872	14,9	12,6	27	4,5	0,1	33,5	*	23,2	*
Felisberto Inácio da Cunha (Barão de Correntes)	51.183	500:163$173	1877	43,0	9,2	75	16,6	10,2	-	12,7	2,6	1,7

Fonte: Inventários post-mortem. Cartórios de Pelotas (APERS)

A – Imóveis rurais; B – Imóveis urbanos; C – Escravos; D – Dívidas ativas; E – Dinheiro; F – Animais; G – Ações e apólices; H – Embarcações; * Possuía estes bens em sua firma, mas ficaram com o seu sócio.

Entretanto, nem todos estes bens rurais eram estâncias de grande criação, sendo alguns deles pedaços de campos ou pastagens com pouco gado. Somente 13 (16,6%) possuíam rebanhos superiores a 2.000 cabeças de gado, o que, conforme Farinatti (2010), os qualificariam como "grandes criadores" na fronteira. Entre estes 13 charqueadores estavam 9 dos mais ricos analisados até aqui. Joaquim J. de Assumpção, por exemplo, possuía 3.000 reses de criar, Felisberto I. da Cunha 4.330, José R. Barcellos tinha mais de 4.600, João S. Lopes mais de 7.000, João S. Lopes Filho mais de 8.500, José I. da Cunha era dono de 11.400 reses, Joaquim da S. Tavares tinha mais de 8.700 e José A. Moreira possuía 13.000 reses em seus campos. Mas o maior criador do grupo foi o coronel Anibal Antunes Maciel, que tinha mais de 34.000 cabeças de gado pastando em suas estâncias no Uruguai. De acordo com Farinatti (2010), que estudou Alegrete entre 1825 e 1865 (uma das regiões que concentrava os maiores criadores de

gado do Rio Grande do Sul), os proprietários de rebanhos superiores a 5.000 reses compunham o topo da hierarquia social local (FARINATTI, 2010). Neste sentido, os mais ricos charqueadores pelotenses podiam tranquilamente equiparar-se aos grandes pecuaristas da fronteira com o Uruguai.

Com relação à mão de obra escrava é possível verificar que todos aqueles que tiveram seus bens inventariados antes da Abolição da escravidão (1888) possuíam cativos, como não poderia ser diferente. Também é necessário ressaltar que o tamanho da riqueza era proporcional ao tamanho do plantel. Excluindo a escravaria de Gonçalves Chaves, que teve somente parte dos cativos arrolados (o restante ficou com seus sócios), a média de cativos destes 12 mais ricos era de 115 escravos, ou seja, quase o dobro da média geral de todos os charqueadores da época. Tais dados são de extrema importância, pois somente os charqueadores mais ricos, ou seja, com extensos plantéis de cativos, tinham condições de manter trabalhadores escravos tanto na charqueada, quanto nas suas distantes fazendas e nas suas embarcações (VARGAS, 2013).

Em somente um dos casos o percentual dos escravos foi superior a 20% da fortuna inventariada.[18] Somado ao valor do estabelecimento da charqueada, eles compuseram mais de 25% dos bens do charqueador em somente dois casos. Contudo, entre os charqueadores de fortuna inferior a 50 mil libras esterlinas o percentual dos escravos e da charqueada no perfil do patrimônio tendia a ser maior, revelando que eles tinham menos investimentos em outros ramos de atividades, o que também os tornava mais vulneráveis em conjunturas econômicas adversas.[19] É

[18] No inventário de Antônio José da Silva Maia constavam apenas os serviços dos 55 escravos que ele havia libertado sob cláusula de contrato de trabalho. Coloquei 74 cativos na Tabela porque este era o número de escravos que ele possuía em 1869, quando arrendou sua charqueada para um comerciante (Escritura de 16.09.1869, Livro de Notas n. 12, 1º Tabelionato de Pelotas, APERS). Em ambos os casos não foi possível saber o preço dos escravos.

[19] Este percentual tende a aumentar conforme vai se descendo para as fortunas intermédias e pequenas. Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos, Custódio Gonçalves Belchior e Inácio Rodrigues

importante ressaltar que não ser um grande pecuarista e não atuar no comércio do charque não inviabilizava as atividades econômicas de um charqueador. No entanto, aqueles que se restringiam somente às atividades de charquear, ou seja, não conseguiam atuar na atividade criatória e na mercantil, tinham seus ganhos diminuídos, pois os tornava mais dependentes dos grandes comerciantes marítimos e dos vendedores de tropas de gado.

Quando se observa o montante composto por armazéns, embarcações, ações, dinheiro e dívidas ativas é possível perceber que boa parte dos investimentos do grupo possuía um perfil mais urbano-mercantil (e em alguns casos, capitalista) do que um perfil rural. Dos 12 charqueadores mais ricos, 9 apresentaram embarcações nos seus inventários, que somadas, chegaram a um total de 31. Contudo, somente 3 destes charqueadores possuíam navios de grande tonelagem (Barão de Butuí, Anibal Maciel e Antônio José de Oliveira Castro) quando faleceram, sendo que os outros eram proprietários de iates – barcos menores que serviam para levar as mercadorias até o porto de Rio Grande. No entanto, como os inventários retratam a composição das fortunas dos mesmos na fase idosa de suas vidas, o cruzamento com outras fontes documentais, como as escrituras públicas e os registros de matrículas e embarcações da Junta Comercial do Rio Grande, revela que a maioria destes charqueadores havia participado do comércio marítimo em outros tempos, abandonando-o depois de uma certa idade. Na década de 1860, o Visconde da Graça, o Dr. Chaves Filho e Felisberto Cunha, por exemplo, apareceram registrando um patacho, um brigue e uma barca americana na mencionada Junta. O campeão de registros foi Moreira, com pelo

---

Barcellos, por exemplo, tinham respectivamente 74%, 54% e 84% do seu patrimônio investidos na charqueada e nos escravos (Inventário de Cipriano J. R. Barcellos, n. 2, m. 1, 1870, 2º cartório de órfãos e ausentes, Pelotas; Inventário de Silvana Claudina Belchior, n. 727, m. 44, 1870, 1º. Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas; Inventário de Inácio Rodrigues Barcellos, n. 554, m. 36, 1863, 1º Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS)).

menos quatro embarcações de grande porte registradas.[20] Além dos registros de embarcação, também foi possível verificar que José Rodrigues Barcellos e João Simões Lopes foram negociantes de grosso trato matriculados na Real Junta do Comércio da Corte, atuando no comércio marítimo, e que Antônio José da Silva Maia também havia atuado na navegação de cabotagem remetendo seus navios com charque para a Bahia e Pernambuco.

Dos 22 exportadores de charque que enviaram carregamentos para Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro na safra de 1874/75, 9 eram charqueadores, sendo que Antônio José da Silva Maia e o Barão de Butuí foram os que remeteram mais embarcações com charque (respectivamente, 14 e 6 navios).[21] Ao remeterem seus navios para o nordeste, os mesmos retornavam com mercadorias que deviam auferir significativos lucros no comércio atacadista pelotense. Em janeiro de 1875, por exemplo, a barca Pombinha, do Barão de Butuí, retornou da Bahia com 133 barricas de açúcar, 700 barricas de cal e 177 volumes de piaçabas.[22] Na mesma época, o charqueador Anibal Antunes Maciel também atuava neste mesmo ramo. Conforme o seu advogado, no processo de inventário dos bens do casal, os mesmos possuíam "navios (...) os quais por comportarem alto calado não podem entrar na Barra do arroio São Gonçalo e chegar a esta cidade, [mas somente em] Rio Grande, onde costumam estar ditos navios a receber cargas para conduzí-las às províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco".[23]

Outra forte evidência da íntima relação destes charqueadores mais ricos com o comércio de longo curso pode ser atestada na lista dos presidentes da Associação Comercial de Pelotas. Criada em 1873,

---

[20] Registro de matrículas de comerciantes e embarcações da Junta Comercial do Rio Grande. Fundo *Junta Comercial*, Códices 17 a 27, AHRS.

[21] *Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros.* Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Códice 170 (volumes 1, 2 e 3) (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 06.12.1875 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

[22] *Jornal do Comércio* de Pelotas (05.01.1875), Biblioteca Pública Pelotense.

[23] Inventário de Felisbina da Silva Antunes. N. 68, m. 2, Pelotas, Cartório do Civel e Crime (APERS).

ela foi continuamente dirigida por charqueadores.[24] Este foi o caso de Possidônio Mâncio Cunha, João Maria Chaves, Lúcio Lopes dos Santos, Paulino Costa Leite, Joaquim Rodrigues da Silva, Joaquim da Silva Tavares e Joaquim José de Assunção. É importante destacar que destes 7 presidentes, 2 estão entre os 12 charqueadores mais ricos e 3 deles eram sócios de outros charqueadores do mesmo grupo (sendo que 2 também eram irmãos dos mesmos).

Portanto, apesar dos patrimônios analisados não apresentarem uma homogeneidade no que diz respeito a sua composição, há algo que colocava essa elite charqueadora em situação de semelhança. Ela não se especializara num único ramo deste sistema econômico e buscara diversificar o máximo possível os seus investimentos. Neste sentido, o seu enriquecimento também foi resultado da alta capacidade em diversificar os seus negócios e evitar a especialização na produção. Apesar de alguns terem se esforçado para conseguir um maior sucesso no abastecimento de gado, outros dedicaram-se mais ao comércio marítimo, podendo atuar também como prestamistas e capitalistas locais. Tal capacidade de investimentos foi muito pequena entre os charqueadores de fortunas menores e intermediárias, pois somente uma minoria conseguiu atuar no comércio de longo curso e possuir grandes estâncias de criação fora de Pelotas. Esta diversificação era, ao mesmo tempo, um privilégio dos mais ricos e a origem de suas riquezas. De acordo com Braudel, analisando a hierarquia do mundo dos negócios entre os séculos XV e XIX, era somente na base e no seu intermédio que os participantes do mundo dos negócios se especializavam em um ramo, pois na medida em que a economia de mercado encontrava o seu progresso, ela afetava toda a sociedade mercantil, intensificando a divisão social do trabalho. Esta "fragmentação das funções" se manifestava primeiro nos estratos inferiores: "os ofícios, os lojistas, os mascates, se especializavam". Mas o mesmo não ocorria no alto da

[24] Correspondência da Associação Comercial de Pelotas. Fundo *Junta Comercial*, maço 3, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

pirâmide, visto que, "até o século XIX, o negociante de altos voos jamais se limitou, por assim dizer, a uma única atividade". Era "negociante, sem dúvida, mas nunca num único ramo", e também era, "segundo as ocasiões, armador, segurador, prestamista, financista, banqueiro ou até empresário industrial ou agrícola" (BRAUDEL, 1987, p. 40).

Um dos reflexos dessa diversificação foi que os mesmos charqueadores assumiam distintas ocupações econômicas quando classificados em algum documento público. Explicando melhor, dependendo dos investimentos que os mesmos realizavam, a sua imagem perante a sociedade local se alterava. O Barão de Butuí, por exemplo, que apresenta o maior índice de dívidas ativas entre os inventariados, foi qualificado como "capitalista" na lista de votantes de Pelotas, de 1865. Antônio Maia, cujos imóveis urbanos compunham 37% de seus bens, foi qualificado como "proprietário". Possidônio Cunha, dono de estâncias no Uruguai juntamente com seus parentes, foi classificado como "fazendeiro", o que também ocorreu com o visconde da Graça.[25] Apesar de possuírem suas charqueadas, os mesmos não foram classificados como "charqueadores" em tais documentos.

Política, nobreza e educação

Não considero esses mesmos charqueadores como sendo das "principais famílias" apenas pelo fato de serem os mais ricos. Quando se altera o foco de análise buscando outros fatores de hierarquização percebe-se que os mesmos, juntamente com os seus parentes, também concentravam distintos recursos imateriais baseados em critérios não-econômicos. Observando o acesso dos charqueadores pelotenses aos títulos de nobreza, aos diplomas de curso superior e aos altos cargos na política imperial, nota-se que

[25] Lista de Qualificação de votantes de Pelotas (1865). Fundo "Eleições", maço 2, AHRS; Lista de qualificação de votantes de Pelotas (1880) (Biblioteca Pública Pelotense – transcrição deste último documento gentilmente cedida pelo Professor Adhemar Lourenço da Silva (UFPel)).

estas mesmas famílias também ocupavam o topo da hierarquia entre os charqueadores (Tabela 4). Portanto, elas concentravam não apenas a riqueza, mas também o acesso à alta política, ao *status* social e à educação superior naquela sociedade, demonstrando que a desigualdade de distribuição de recursos não se dava apenas nos aspectos econômicos.

Tabela 4 – Relação entre Riqueza, Nobiliarquia, Alta política e Educação entre as famílias charqueadoras de Pelotas (1845-1900) – em libras esterlinas[26]

Faixas de fortuna	N. Inventários	Títulos de Nobreza	Cargos na Alta política	Diplomas de curso superior
Acima de 100 mil	4	7 títulos 100 % dos invent.	8 cargos 100% dos invent.	11 diplomas 100% dos invent.
De 50 a 100 mil	8	7 títulos 71% dos invent.	5 cargos 49% dos inventa.	6 diplomas 71% dos invent.
De 20 a 50 mil	13	2 títulos 15% dos invent.	5 cargos 38% dos invent.	7 diplomas 30% dos invent.
De 10 a 20 mil	9	1 título 11% invent.	-	2 diplomas 22% invent.
Menos de 10 mil	17	-	-	-

Fonte: Inventários *post-mortem* dos cartórios de Pelotas; FRANCO (2001); CARVALHO (1937); VARGAS (2010; 2013).

No Brasil Império, as portas da elite política abriam-se mais facilmente aos portadores de um diploma de bacharel, o que torna a correlação entre elite bacharelesca e elite política nítida. Os ricos charqueadores possuíam maior capacidade de manter um filho estudando nas Academias imperiais e os resultados acabavam sendo convertidos num maior acesso a cargos na burocracia ou na política e em bons casamentos. O acesso à alta política geralmente rendia bons frutos à família e aos aliados do indivíduo consagrado.

[26] Para a construção desta tabela foram considerados como familiares os pais, filhos, irmãos, genros e sogros.

O auge da elite charqueadora em termos de poder político nacional ocorreu quando Francisco Antunes Maciel, membro de uma das principais famílias charqueadoras, tornou-se ministro do Império do Gabinete Liberal de 1883. Tratava-se de uma pasta extremamente poderosa e que fornecia ao seu portador, por exemplo, o direito de intervir na nomeação dos Executivos provinciais. Na época, Maciel não apenas nomeou o seu parente Barão de Sobral para a presidência do Rio Grande do Sul, como parece ter influído para que sua família recebesse mais 3 títulos de nobreza. Logo que ocupou a pasta, o seu primo Francisco Antunes Gomes da Costa recebeu o título de Barão do Arroio Grande (1884), o seu irmão Leopoldo Antunes Maciel tornou-se o 2º Barão de São Luís (1884) e outro parente, Aníbal Antunes Maciel, foi titulado Barão de Três Serros (1884).

A obtenção de tais títulos era um dos fatores fundamentais para sacramentar a posição destas famílias não apenas na localidade, como em toda a Província, conferindo às mesmas a benção nobiliárquica consagrada pelo Imperador. No Antigo Regime europeu, uma das funções da nobreza era encarregar-se do governo da sociedade, traço que parece ter permanecido significativo em diversos países ao longo do século XIX.[27] Mas a nobreza titulada brasileira, ao contrário da europeia, havia surgido em meio a uma sociedade no qual o arranjo institucional possuía um forte caráter liberal. A nobreza tupiniquim não se ligava à pureza de sangue, à longevidade imemorial dos seus troncos familiares, não era hereditária e não conferia grandes privilégios legais aos seus portadores, por exemplo. Suas únicas semelhanças com a nobreza de Antigo Regime diziam respeito ao fato de que os títulos eram mercês reais oferecidas como retribuição aos serviços prestados à Coroa, denotando a defesa da monarquia por parte dos agraciados, e que a importância dos mesmos coincidia com a

[27] A bibliografia sobre o tema é bastante ampla. Para uma análise inicial ver LUKOWSKI(2003), LIEVEN (1992), SCOTT (2007) e MONTEIRO (1998).

hierarquia política do Império, ou seja, os membros da alta nobreza e os da alta política se confundiam.[28]

A ostentação de títulos de nobreza representava a confirmação de um estreito vínculo com os grandes espaços de poder político, além de servir como uma amostra das famílias mais ricas da província e daquelas que se identificavam e eram identificadas com o projeto político imperial. Além disso, os títulos lhes conferiam certo *status* social que as diferenciava das demais famílias do extremo sul do País. Pode-se dizer ainda que a Corte, ao congratulá-los, os reconheciam como membros das elites provinciais, possibilitando, através dos mesmos, uma melhor interlocução entre o governo central e as regiões onde concentravam sua base social e econômica, oferecendo-lhes, em conseqüência disto, um acesso mais facilitado ao mundo da alta política (VARGAS, 2010).

No Rio Grande do Sul, provavelmente de forma mais acentuada do que nas outras províncias, a maioria dos títulos foi concedida como retribuição aos serviços militares dos seus súditos. A nobreza rio-grandense possuía um perfil fortemente ligado ao campo de batalha, envolvendo também estancieiros civis que haviam lutado em uma ou mais guerras. Cerca de 65% dos 58 rio-grandenses que receberam títulos de nobreza no Segundo Reinado eram ou oficiais da Guarda Nacional ou do Exército. Pelo menos 22 deles participaram da Revolução Farroupilha, sendo 19 do lado legalista (VARGAS, 2010). Mas no caso dos charqueadores, os títulos de nobreza recebidos pelos mesmos eram mais uma retribuição ao dispêndio de seu patrimônio do que qualquer outra coisa. Apesar de patrocinar financeiramente a guerra e insuflar os movimentos nos bastidores os charqueadores não foram grandes guerreiros (VARGAS, 2013). Portanto, como os títulos

[28] Como demonstrou José Murilo de Carvalho, se otítulo de barão reservava-seprincipalmente às nobrezas provinciais, os Viscondes, Marqueses e Condes eram títulos que se confundiam com os membros da elite política imperial (CARVALHO, 2003, p. 258-259). Maria Fernanda Martins também verificou uma profunda imbricação entre os nobilitados e os membros do Conselho de Estado (MARTINS, 2007).

nobiliárquicos dos mesmos também se constituíram em uma compensação pelo patrimônio gasto com o Império e a libertação de escravos em grandes quantidades não surpreende que as famílias charqueadoras mais ricas concentrassem tais honrarias, como foi destacado na Tabela 4.

Concluindo, pode-se dizer que a análise prosopográfica deste grupo revelou que um número pequeno de famílias concentrava riqueza, poder e prestígio e que as mesmas estavam hierarquicamente acima dos demais charqueadores que não possuíam as mesmas condições de investimento e enriquecimento. Além disso, é importante destacar queessas poucas famílias estavam intimamente vinculadas por laços de parentesco consaguíneo, matrimonial e espiritual, mesmo que politicamente as mesmas militassem parte entre os conservadores e outra parte entre os liberais. No mais, é necessário ainda considerar que o topo desta elite continuava a apresentar a mesma estrutura socioeconômica estudada por Helen Osório no período colonial tardio. Aqueles que ocupavam o estrato superior eram os que atuavam também no comércio marítimo de longo curso, configurando-se em comerciantes-charqueadores.

Referências

BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. In: *Journal of Historical Geography*, 19, 4 (1993).

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese de Doutorado. PPG-História da UFRGS, 2011.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo.* Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CANABRAVA, Alice. *O algodão em São Paulo (1861-1875).* São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX.* Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 1983.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João L. R. O império escravista e a República dos plantadores: Economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História Geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul: um estudo de relações não-capitalistas de produção (1850-1920)*. Dissertação de mestrado em História, UFRJ, 1983.

FRAGOSO, João L. R.; MARTINS, Maria F. V. As elites nas últimas décadas da escravidão - as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Org.). *Ensaios sobre escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 143-164.

FRAGOSO, João e RIOS, Ana Lugão. Um empresário no oitocentos. In: CASTRO, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

GAMBI, Thiago Rosado. *O Banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866)*. Tese de Doutorado em História, USP, 2010.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX*. Ensaios FEE, v. 32, n. 2, nov. 2011, p. 409-434.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 1992.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Anna Blume, 2002.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial*. São Paulo: Alameda, 2012.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, Dissertação de Mestrado, 1993.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. In: *Revista Logos*. Canoas: Ulbra, v.11, n.1, 1998.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia in: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (et al.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

MARCONDES, Renato Leite. *A Arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. Tese de Doutorado em Economia, USP, 1998.

MARCONDES, Renato. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1 (126), jan-mar, 2012, p. 142-166.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia: Século XIX (Uma Província no Império)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2009.

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Pelotas: Armazém Literário, vol. 2, 1997.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PAULA, João Antônio de. *O processo econômico*. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *História do Brasil Nação: a construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 2, 2012, p. 179-224.

PLATT, D. C. M. *Latin America and British Trade (1806-1914)*. London: T. & A. C. Ltd., 1972.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REVERBEL, Carlos. *Um Capitão da Guarda Nacional*. Caxias/Poa: UCS/ Martins Livreiro, 1981.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 1996.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política,* UFPR, 2013, p. 115-137.

VARGAS, Jonas M. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina L. (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

VARGAS, Jonas M. *"Pelas margens do Atlântico": um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partirdas famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado em História.Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.